

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982. 117p. (Coleção Educação Contemporânea).

A obra é uma coletânea de roteiros de aulas-conferências sobre educação de adultos proferidas no Chile, em 1966.

introdução, Dermeval Saviani, em entrevista com o autor, apresenta elementos que facilitam a compreensão de sua trajetória intelectual e, conseqüentemente, de sua obra.

A coletânea compõe-se de sete temas nos quais o autor revela o seu modo de pensar sobre a educação de adultos e a sua maneira de equacionar os problemas a ela relacionados. Ao focar o primeiro — **Conceito de Educação** - considera a educação em seus dois significados: restrito e amplo. Aponta o erro lógico, filosófico e sociológico do significado restrito que limita a educação às fases infantil e juvenil do indivíduo, enquanto que no sentido amplo tende-se a considerar a existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos, o que vem justificar, lógica e socialmente, o problema da educação de adultos.

Para ele, "a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses". Conseqüentemente, é o processo pelo qual a sociedade influi, de maneira constante, no desenvolvimento do indivíduo, buscando sua integração nos moldes sociais vigentes e levando-o a aceitar e perseguir os fins coletivos.

Partindo desta definição, passa a explicitar os caracteres da educação, a saber:

a) a educação como processo, ou seja, a trajetória de um fenômeno (a formação do homem) no tempo. Esta característica a torna um fato histórico, porém com duplicidade de sentido: em um. retrata a história

individual de cada ser humano; no outro, está ligada à etapa vivida pela comunidade em sua permanente evolução;

b) a educação como um fato existencial. Refere-se à maneira como o homem "se faz ser homem". Através da educação o homem é configurado em toda a sua realidade e alcança a sua essência (real e social);

c) a educação como fato social, isto é, a forma pela qual a sociedade reproduz-se no decorrer de seu período temporal. Este processo encerra uma contradição que resulta do interesse da sociedade em manter-se no futuro o menos inalterada possível e do progresso social decorrente da educação, que leva o homem à necessidade de rompimento com a situação presente, à criação do novo. Segundo o autor, a contradição está implícita na própria essência da educação, pois esta só reflete a plena realização do ser humano quando ele adquire a consciência da simultaneidade entre incorporação e progresso;

d) a educação como um fenômeno cultural. de transmissão integrada da cultura, não só pela bagagem cultural que a sociedade possui e transmite ao indivíduo, como também pelos métodos que utiliza para implementar sua ação educativa. Todos esses aspectos contemplados, pela concepção integrada da cultura colocam-se na dependência direta dos modelos e condições que a própria cultura vigente propicia, ou seja, do grau de desenvolvimento da comunidade;

e) a educação sujeita ao fundamento do processo econômico da sociedade. O desenvolvimento econômico constitui-se no fator determinante das reais possibilidades de cada fase cultural e da distribuição das orçamentações educacionais, em função do papel que confere a cariduo dentro da comunidade. Através do processo econômico são oferecidos os recursos materiais para a realização da tarefa educacional sua extensão e profundidade, bem como ditadas as finalidades gerais da educação que, em última análise determinam o tipo de formação a

ser adotada em uma comunidade: uma formação dirigida à criação de níveis culturais distintos, de acordo com a posição do indivíduo no trabalho comum ou, ao contrário, uma formação igualitária, que assegura a todos as mesmas oportunidades e possibilidades de aprender. Para o autor, os fins da educação são estabelecidos conforme os interesses do grupo que detém o poder social de decisão;

f) a educação como uma modalidade de trabalho social. A Educação é considerada parte do trabalho social não só porque forma os membros da comunidade para a execução de uma função de trabalho na esfera da atividade total, mas também porque o educador exibe a condição de Trabalhador, e, no caso especial da educação de adultos, sua ação é dirigida a outro trabalhador, a quem transmite conhecimentos capazes de permitir a melhoria da sua situação no trabalho;

g) a educação como um fato de ordem consciente. Refere-se à formação da autoconsciência social ao longo do tempo, em todos os indivíduos ou a comunidade. Esta formação se inicia na inconsciência cultural (educação primitiva), percorre as diversas etapas de consciência, tanto de si quanto da realidade objetiva, até desembocar na total autoconsciência. etapa em que todos adquirem por igual o máximo de consciência crítica de si e de seu mundo, facilitada pelo grau de desenvolvimento do processo da realidade. Para o autor, resume-se na "máxima consciência historicamente possível";

h) a educação como um processo exponencial. É quando funciona como agente multiplicador de si mesma com sua própria realização. Isto acontece porque quanto maior o grau de educação que o homem recebe mais necessita educar-se, e maior é sua exigência de educação; e

i) a educação como essência concreta. Apesar da educação ser concebida no plano das idéias, só é definida no plano concreto através da sua realização objetiva. Tal realização está subordinada às situações históricas, aos conflitos e interesses das forças sociais emergentes e à amplitude das massas desprovidas de conhecimento.

Destaca o autor a inutilidade e o prejuízo de toda a discussão abstrata sobre educação, pois isto reflete, em seu âmago, uma estratégia da consciência do grupo dominante para justificar o não cumprimento dos seus deveres culturais para com o povo.

Outro tópico levantado pelo autor, ainda dentro do primeiro tema, diz respeito à "historicidade da educação". Pertencendo à essência da educação, a historicidade não se explica porque cada homem é educado em determinado momento do tempo histórico geral (historicidade extrínseca), mas porque a sua educação, entendida como o processo que permite o desenvolvimento de sua existência, significa a sua história pessoal (historicidade intrínseca).

O autor analisa também a "dependência do conceito de homem na educação", apontando para o caráter intencional da mesma. Segundo ele, se faz necessário um prévio modelo ideal de homem quando se pretende formar alguém. Acredita, no entanto, que a importância do tipo social de educação decorrente desse modelo deve ser relativizada ou absolutizada, dependendo da natureza da consciência que comanda o processo educacional. Para melhor definir a sua linha de pensamento a respeito do assunto, cita dois exemplos:

1. nas sociedades aristocráticas ou oligárquicas, quando o nível da consciência atinge formas elementares, o grupo dominante encara o educando como um ser privado ainda de consciência, necessitando recebê-la através da educação. Apoiado nessa crença, traça, arbitrária e autocraticamente, as diretrizes a serem adotadas para a execução do processo educativo; e

2. nas sociedades cujo nível de consciência é superior, crítico, a educação é concebida como o encontro entre duas consciências, e a função, tanto do legislador quanto do educador, consiste em resgatar a consciência do educando para o conhecimento dos interesses gerais da sociedade, num constante diálogo entre consciências.

Considera que nenhum "modelo" de educação pode ser engendrado abstratamente para ser colocado em prática, visto que a educação real é aquela factível em determinada formação histórico-social, observada a

fase do seu processo de desenvolvimento, na época. Uma sociedade subdesenvolvida como a nossa deve concentrar seu esforço de crescimento na melhoria dos seus fundamentos materiais, pois isto concorrerá para uma educação mais avançada e reverterá em maior progresso desses fundamentos.

O autor defende a mudança da opinião dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só acontecerá pela alteração significativa na valoração conferida ao trabalho. À proporção que o trabalho manual deixar de ser um estigma para tornar-se uma ramificação da produção social geral, a educação institucionalizada perderá o seu cunho discriminatório e ganhará o seu verdadeiro caráter de direito inalienável a todo o ser humano.

Focalizando o aspecto da "função social permanente da educação", o autor parte do princípio de que não existe sociedade sem educação; esta retrata, tão-somente, o aspecto prático, dinâmico, da convivência social, que possibilita a todos educarem a todos permanentemente.

Prosseguindo na análise desse aspecto, registra que mesmo a ausência da educação formal (sociedades primitivas) não inviabiliza a realização do processo educacional, então representado pelos ritos sociais.

O autor contesta as concepções instrumentalistas da educação (John Dewey e o behaviorismo em geral) porque provêm de uma perspectiva individualista, atribuindo o motor da educação ao interesse do indivíduo em se adaptar ao meio social, preparando-se através da aquisição do saber para enfrentar os desafios do ambiente.

Na sua concepção, o motor da educação reside no interesse da sociedade em usufruir da força de trabalho de cada indivíduo (sua criatividade) para atender aos seus fins coletivos. A educação é uma função da sociedade, não uma conquista dos seus membros e, como tal, sujeita ao seu estado de desenvolvimento.

Observada no indivíduo sua condição de ser livre e gerador de cultura, seus atos de criação são incorporados à cultura geral do grupo e logo

repassados a outros indivíduos, inclusive às gerações seguintes. Sendo assim, a educação apresenta-se como um processo expansivo e contínuo no qual a sociedade desempenha um papel de mediação entre a criação e a transmissão da cultura.

No desenvolvimento do segundo tema — Forma e Conteúdo da Educação — o autor começa por estabelecer a diferença entre conteúdo e forma da educação, explicitando cada um desses aspectos.

O conceito crítico do conteúdo da educação compreende a totalidade do processo educativo, ou seja, incorpora o somatório das condições objetivas e concretas que fazem parte do ato educacional — o professor, o aluno (respeitando-se a complexidade das características pessoais e sociais de ambos), o ambiente escolar, os materiais didáticos — não apenas se restringindo à transmissão dos conhecimentos. O conteúdo da educação é "popular" por excelência e somente uma pedagogia alienada, praticada por "pedagogos de gabinete", não reconhece este fato e se coloca à margem dos anseios das grandes massas, emprestando seu apoio aos interesses de uma elite instruída e venturosa.

Com referência à forma da educação, considera que a pedagogia corrente, ao concentrar sua preocupação nos procedimentos pedagógicos, desconhece a relação de reciprocidade entre o forma e o conteúdo da educação. Ambos são aspectos distintos apenas na análise conceitual, porém plenamente identificados e unidos em torno da mesma realidade concreta e indivisível representada pelo ato educacional. A tendência que caracteriza a pedagogia "ingênua" de superestimar a metodologia fica evidenciada nitidamente na alfabetização de adultos, pela ânsia em compor a "melhor cartilha", ignorando a dependência recíproca já citada. A forma, numa visão crítica, está a serviço dos objetivos sociais da educação, devendo adaptar-se invariavelmente ao conteúdo para permitir as camadas da população alcançarem a etapa seguinte em seu processo de desenvolvimento.

O autor classifica como raciocínio abstrato aquele que preconiza a escolarização obrigatória, universal e gratuita quando, na sua opinião, a sociedade não está dotada das condições objetivas para atender a esta demanda.

Prosseguindo, o autor levanta algumas questões fundamentais que sintetizam todo o processo educacional, consubstanciado na interconexão do conteúdo e da forma. A primeira - "a quem educar" — refere-se ao principal elemento do conteúdo humano da educação (o outro elemento e o educador). Na sociedade dominada por profundas desigualdades sociais, o acesso à educação é determinado pelo julgamento constante dos seus membros, em função do qual uns são conduzidos à educação sistemática e outros à educação informal, não escolarizada.

Observa que a exigência de educação total para o povo torna-se convincente quando emerge da própria massa que, recebendo-a, começa a reivindicar para um maior número de indivíduos o direito igual à educação escolar. Esta é, efetivamente, a concepção realista da educação, pois se fundamenta num ato político legitimado pela mobilização das massas e não num projeto no "vacuo social", deflagrado por "alguns pedagogos generosos".

Na segunda questão - "quem educa" — novamente é colocado o problema da desigualdade de oportunidades na sociedade, em decorrência da concentração do poder econômico. O educador é visto como um servidor previamente instruído para exercer a função de educar e não como um ser dotado de consciência, conhecedor do significado da sua missão profissional, exercendo livremente o poder de escolha pessoal, crítica, e preservando, acima de tudo, seus princípios de dignidade e autonomia.

Enfatiza o autor o caráter permanente que reveste a preparação do educador para a realização do ato educacional; ato este que se constitui num fato humano na medida em que propicia o encontro de consciências livres.

Ao abordar a questão "com que finalidade", o autor esclarece que ela está contida no conteúdo e na forma como é praticada a educação.

A última das questões — "por que meios" — menciona o método como elemento primordial do processo educativo, a nível de execução, acompanhado das circunstâncias materiais (instalações e prédio da escola) nas quais se cumpre o trabalho educacional.

Dando continuidade ao segundo tema, o autor aborda o "caráter ideológico da educação", assinalando que não existe educação sem uma teoria, sem uma idéia que a dirija no cumprimento de sua função social total. Entenda-se a categoria de totalidade atribuída à educação pelo fato desta representar uma fração do conjunto de valores reais (sociais) que sobre ela atuam e dos efeitos que ela produz nos demais aspectos da realidade social.

Por esse motivo, a educação não deve merecer um tratamento isolado, dissociado desse conjunto dinâmico de interações e interligações mútuas. As campanhas de alfabetização e de educação de adultos, analisadas à luz do aludido princípio da totalidade e comprovada a sua repercussão na sociedade como um todo, vêm consolidar a introdução de um» nova percepção dos fatos sociais, referendada por este princípio.

Finalizando, o autor faz algumas considerações sobre a alienação educacional que caracteriza o país em vias de desenvolvimento o propõe a redefinição de critérios autênticos para a orientação da educação numa sociedade em busca de sua ascensão histórica. A alienação cultural/ é um comportamento típico dos povos economicamente dependentes de um centro poderoso. Esta subordinação os leva à transplantação das idéias produzidas pelos centros dominantes, tendo em vista que a consciência social comum (do tipo ingênuo) não lhes permite extrai-las da sua própria realidade.

Todavia, à medida que a sociedade vai operando o seu desenvolvimento material e, conseqüentemente, adquirindo suficiente consciência de si, a alienação deve merecer dessa sociedade incessante combate por se constituir num impasse à livre expansão do poder criador do povo. Observa, porém, que o início do processo de tomada de consciência por uma sociedade não implica a rejeição da produção cultural estrangeira; apenas a submete a um exame crítico, assimilando tão-somente o que se revela compatível com os interesses nacionais.

Cabe ao educador, liberto do fenômeno da alienação e convertido à sua própria realidade, buscar e definir os critérios autênticos para o delineamento da educação. Unindo-se a pensadores e sociólogos, todos pena-

mente identificados com a essência histórica do seu povo, adotará o procedimento pedagógico condizente, em conteúdo e forma, com as necessidades da população.

No terceiro tema - As Concepções Ingênua e Crítica da Educação - o autor se detém especialmente na análise do conceito de "saber". Na concepção crítica, o saber é produto da existência real, objetiva, concreta, do homem em seu mundo e apresenta os seguintes caracteres:

a) relativo — o que uma cultura entende por saber em uma de suas fases deixa de sê-lo em outra e certamente não o é em outra cultura. Daí decorre o equívoco do critério da tradição (teoria heliocêntrica);

b) existencial — o saber constitui a imagem do mundo material na consciência do indivíduo. Daí a afirmação de que o homem é o que sabe. Entretanto, sendo o saber um processo (temporal) atinge sua etapa ideal quando o homem sabe o que é;

c) empírico - o autor recusa qualquer origem inata para o saber, pois, para ele, deriva da experiência, direta ou indiretamente. Cabe ao homem, no contato com a natureza e com outros homens, criar suas idéias e descobrir as leis, procurando a correspondência entre ambas de uma forma verdadeira e válida. Isto se dá pela prática social;

d) racional — como produto da faculdade intelectual do homem, o saber o capacita a produzir idéias e organizá-las através do raciocínio. Contudo, a natureza lógica desse raciocínio deve ser examinada em sentido relativo à etapa do processo social vivenciada pelo indivíduo que o manifesta. Esclarece que não existem sociedades pré-lógicas e sim as que utilizam diferentes critérios de verdade social em função do seu grau de desenvolvimento econômico;

e) histórico — todo o julgamento de valor do saber é um dado do próprio saber e portanto só é válido para a fase histórica em que é anunciado. Acrescenta o autor que o saber é, concomitantemente, "o saber" (em sua positividade atual) e o "não saber" (pela convicção presente de

sua incorreção futura), ambos identificados na mesma unidade; e

f) fecundo — o saber é fecundo no sentido de que gera sempre outro saber. Este conceito "crítico" do saber o pressupõe como um constante modificador da realidade.

O tema seguinte - Educação Infantil e Educação de Adultos — trata inicialmente da diferenciação de caracteres entre as duas modalidades de educação acima referidas. Considerada a educação como o permanente aproveitamento das capacidades do indivíduo pela coletividade, em seu benefício, a educação de adultos sucede à infantil sem sofrer solução de continuidade no mesmo indivíduo e no conjunto dos membros da sociedade. Entretanto, essa argumentação só procede quando restrita à educação não escolarizada pois, no âmbito da educação institucionalizada, impõe-se a constatação de grandes intervalos entre essas modalidades, proporcionais às fases do desenvolvimento individual.

O autor atribui a distinção entre modalidades e tipos de educação exclusivamente às diferenças de grau no crescimento fisiológico e psicológico do homem, ou seja, pela possibilidade de trabalho que cada fase permite e pela estrutura social que determina as formas e normas vigentes ao trabalho. Cita como exemplo a família camponesa ou operária pobre, cuja criança é impedida de frequentar a escola porque sua força de trabalho é prematuramente solicitada para atender às necessidades de sobrevivência da família. E, quando frequenta, é forçada pelas condições miseráveis de vida de sua família a abandoná-la.

O problema da distinção deve ser sempre apreciado do ângulo das disponibilidades sociais de trabalho que uma comunidade oferece. Esse é o aspecto fundamental, primário, que distingue essas modalidades de educação; os aspectos pedagógicos (conhecimento e método) são secundários e refletem os interesses que a sociedade, como um todo, tem quando educa a criança ou o adulto (o primário). Portanto, "se queremos que em nossa sociedade a ida à escola se torne um dever, é preciso que antecipadamente criemos as condições para que se torne um poder".

Enfatiza também a adequação dos currículos e da metodologia à faixa etária da clientela a que se destinam. Isto equivale dizer que a alfabetização infantil e de adultos merece um tratamento pedagógico qualitativamente diferenciado, sob pena de proporcionar a infantilização do adulto e o desrespeito à realidade existencial presente da criança.

Conclui reportando-se ao ponto de partida do processo formal da instrução: aquilo que o educando sabe. A distinção de idades se traduz na diferença de experiência na educação informal acumulada, em virtude do desigual período de vida que o adulto e criança possuem.

Enfoca ainda a multidimensão do processo educativo, indicando que, tanto na educação infantil e juvenil como na de adultos, jamais se obtêm um conteúdo único e restrito do saber, pois a educação é, por natureza, difusa, extrapolando qualquer limite que lhe seja imposto e se diversificando em ramos colaterais.

Por conseguinte, nenhuma das modalidades de educação citadas apresenta contornos definidos, apenas aproximados. Constituem-se num processo de desdobramento do ser humano e da cultura imprevisível em seu curso e, apesar de sofrerem crises de inflexão e de estagnação, continuam em seu rumo indefinidamente progressista na perspectiva de melhores condições de vida e de maior expansão da cultura.

No quinto tema - Estudo Particular do Problema da Educação da Adultos — o autor analisa, primeiramente, a condição de trabalhador do adulto e o conjunto de conhecimentos básicos que a pressupõe. A situação de analfabeto ou de semi-analfabeto do adulto não significa um obstáculo à consciência do seu dever social. A presença cada vez mais marcante das massas (incluindo grande número de analfabetos) no processo político de uma sociedade, amplia a consciência do trabalhador e o conduz a uma participação mais ativa na vontade geral.

Dal a necessidade da educação de adultos tornar-se um compromisso emergencial para a sociedade. E ela o faz não para criar uma participação, já existente, mas para permitir que esta aconteça em níveis culturais mais elevados e identificados com os princípios do grupo dirigente.

O tratamento prioritário dado à escolarização infantil, condenando os adultos à condição permanente de iletrados, revela a adoção de uma tese pedagogicamente errônea e cruel. O argumento do autor é o de que não se efetua uma correta escolarização da infância sem um ambiente propício; sem que os adultos, por sua condição de analfabetos, tenham consciência da sua importância.

Alerta para o fato de que a educação do adulto não deve ser entendida como um esforço suplementar que a sociedade emprega em educação, mas como elemento essencial do esforço conjunto a ser aplicado nela.

Prosseguindo, focaliza o educando como membro pensante e atuante em sua comunidade. Sendo um ser pensante, o homem configura-se como um portador e um produtor de idéias, dotado frequentemente de alta capacidade intelectual. Ocorre que, na maioria das vezes, o educando não manifesta essa capacidade porque, na presença do educador arrogante, "culto", seu comportamento se torna retraído.

No entanto, no contato com o educador favorecido por uma consciência verdadeiramente crítica, ele (educando) demonstra um nível de apreensão e uma agudeza de vistas que o equiparam à média dos indivíduos de sua idade, escolarizados. Quanto a ser um membro atuante da sociedade, o educando o é não apenas por ser trabalhador, mas porque exerce influência no sua comunidade. Esta é a razão que torna a sua instrução tão imperiosa e lucrativa.

Nos tópicos seguintes o autor formula as seguintes indagações: "O que o adulto ignorar?" "O que necessita aprender?" "Como lhe ensinar?"

Em resposta à primeira, salienta que a questão se refere particularmente ao adulto analfabeto, pois o que cada adulto culto ignora é infinito. O adulto em condições primárias de cultura é desprovido dos conhecimentos que definem o padrão médio de saber da sociedade, em seu tempo. Contudo, a ignorância realmente significativa é aquela que aponta para as causas de seu atraso cultural e de sua pobreza. E esta somente será superada com o emprego de um método crítico de educação de adultos, que oportunize ao aluno alcançar a consciência crítica de si e de seu mundo. Para o autor, não importa que a manifestação dessa consciên-

cia não esteja à altura da compreensão do educador. O essencial é que o educando possa atuar utilmente em sua sociedade com o grau máximo de consciência permitida por sua própria reflexão.

Com relação à segunda indagação, ressalta que, apesar da evidente necessidade de se aprender os rudimentos básicos do saber letrado, este saber só é válido por seu significado instrumental, por possibilitar ao educando chegar a saber mais. Diante disso, deve-se cobrar à sociedade todo um elenco de oportunidades de saber para ser colocado à disposição do educando depois de concluída a sua alfabetização. Do contrário, a alfabetização será reduzida à mera aquisição de uma habilidade lúdica, a um jogo social que não recompensa a comunidade dos custos que acarreta. A terceira pergunta diz respeito ao método a ser utilizado na educação de adultos. Adequar um método de alfabetização a esta fase da vida do educando torna-se mais difícil porque este já possui uma consciência formada. Em consequência, a primeira característica fundamental que deve conter o método é a de despertar no adulto a necessidade de se alfabetizar.

Todavia, a tomada de consciência dessa necessidade só se viabilizará se o trabalho de alfabetização partir dos aspectos que compõem a realidade autêntica do educando: sua atividade profissional, suas crenças, valores, gostos artísticos, etc. Exemplificando, o autor destaca a aprendizagem da leitura, que deve ser baseada em palavras cujo conteúdo semântico seja imediatamente percebido pelo aluno, com ressonância direta e contínua na sua realidade de vida. As palavras motivadoras que dão início a essa aprendizagem não devem ser impostas pelo professor, mas partir do próprio aluno, mediante o emprego de uma técnica pedagógica especial.

Encerrando o tema em questão, o autor manifesta a sua divergência da consciência pedagógica "ingênua", que insiste em considerar o analfabetismo um "mal social". Esta concepção converte a educação em terapêutica e incide no erro sociológico de supor o adulto como culpado de sua própria ignorância, quando, na verdade, ele não é voluntariamente analfabeto, mas feito como tal pela sociedade, com fundamento nas condições de sua existência.

Para que a discussão em torno do sexto tema abordado — Problema da Alfabetização - produza resultados capazes de orientar a sua solução, preconiza o autor a adoção de uma teoria humanista, não idealista. Propõe que o ponto de partida dessa alfabetização seja o adulto analfabeto e que o analfabetismo seja considerado como o aspecto secundário, sociológico, do fato real, concreto e existencial que é o homem.

A etapa seguinte no estudo do problema consiste em definir autenticamente o analfabeto. Na opinião do autor, o analfabeto, em sua essência, não é aquele que não sabe ler e sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler. O tipo de trabalho que o homem realiza é que determina nele a necessidade ou não de se alfabetizar; é por esse prisma que deve ser estabelecida a definição autêntica do analfabeto, e nunca pelo fato exterior do simples desconhecimento. A seguir, analisa o método de alfabetização de adultos, mostrando as fases que deve percorrer para chegar à simbolização gráfica do pensamento. O método crítico visa ao educando como sujeito da alfabetização, e não como objeto da ação do educador. Este deve contribuir para a mudança pessoal do aluno empregando a técnica adequada para a aquisição da linguagem escrita.

O primeiro passo, neste sentido, deve ser a apresentação ao educando de imagens do seu próprio meio de vida, para que ele se torne um observador consciente da sua realidade, refletindo e discutindo sobre ela, abrindo caminho em direção à sua autoconsciência. Em seguida, faz-se a associação da imagem de uma situação concreta à imagem da palavra. Posteriormente, esta palavra é decomposta em fonemas que, recompostos, levarão à formação de novas palavras.

O aprendizado da escrita não se distingue, existencialmente, do da leitura. Ambas são aspectos da mesma função intelectual de simbolização, própria do homem.

A Formação do Educador é o tema que compõe esta coletânea. Trata especificamente do educador: sua formação, sua capacitação para o cumprimento da tarefa educacional e a reciprocidade de sua relação com o educando.

Para o autor, a indagação fundamental, da qual deve partir todo o debate sobre a formação do professor, testa: "quem educa o educador"? No seu entender, a resposta correrá aponta para a sociedade. É ela que defesa a alguns de seus membros a função de educar, ditando-lhes como devem desempenhar a sua missão.

Apegar da formação do educador implicar procedimentos técnicos, estes representam, em essência, a condensação da influência que a sociedade exerce sobre seus membros e que deseja fazê-lo de maneira cada vez mais organizada. Constituindo-se na fonte de aprendizagem do educador, ela atua em dois pólos:

1. através do educador, o qual transmito ordenadamente os conhecimentos ao educando (futuro educador):e

2. através da consciência com o meio natural e humano no qual vive o homem e do qual recebe os estímulos e desafios que o formam em sua consciência de educador.

No que refere à capacitação do educador, o autor explica a sua realiza-

ção por duas vias: a externa, representada pelos estímulos intelectuais (cursos de aperfeiçoamento, seminários, etc) e a interior, relativa à consciência de sua natureza inconclusa como educador. A condição para o seu constante aperfeiçoamento é a sua vinculação com o povo;necessita unir-se às massas para entender a matriz de toda a cultura (o povo).

Enfocando a reciprocidade existente na relação educacional, reafirma a sua concepção crítica da educação: "o encontro de consciências" e, por consequência, a relação educacional como essencialmente recíproca, pois se fundamenta na troca de experiências, no diálogo. Adquirindo a consciência de sua relação cooperativa com o professor, o educando se concebe como participante ativo da operação educacional e compreende que está modificando a essência do seu país pelo fato de estar mudando a si mesmo.

Finalizando, expõe esta tese fundamental da teoria pedagógica crítica: "no processo de educação não há uma desigualdade essencial entre dois seres, mas um encontro amistoso pelo qual um e outro se educam reciprocamente".